



Anais da Assembléia

96

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 074.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1988.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Amélia Hruschka e Nilton Barbosa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Amibelli, Anibal Khury, José Alves, Alexandre Ceranto, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Gernote Kirinus, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (28). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, Acyr Mezadri, Algaci Túlio, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Basílio Zamusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Chariegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Quisela Crisóstomo, Rafael Greca e Sabino Campos (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os números DTL/186, 187, 188, 189 e 190/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.º:

044/87:

Do Poder Executivo, que extingue 8.303 cargos de provimento efetivo criados pela Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, o qual convertido em Lei tomou o número 8.856. - Anote-se. Arquite-se.

015/88:

Do Sr. Deputado Ezequias Losso, que institui o "Dia do Teólogo", a ser comemorado a cada ano, no dia 30 do mês de novembro, o qual convertido em Lei tomou o número 8.857. - Anote-se. Arquite-se.

131/88:

Do Sr. Deputado Antônio Belinati, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Professor Sidney Lima Santos, o qual convertido em Lei tomou o número 8.858. - Anote-se. Arquite-se.

134/88:

Do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, que declara de Utilidade Pública a APAE, "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Isabel D'Oeste", o qual convertido em Lei tomou o número 8.859. - Anote-se. Arquite-se.

179/88:

Do Sr. Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei n.º 8.178, de 25 de novembro de 1985, e autoriza a doação do imóvel que especifica ao Município de Andirá, o qual convertido em Lei tomou o número 8.860. - Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 232/87, de nossa autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N.º 343

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 239/88, em trâmite

nesta Casa de Leis, provindo da Mensagem Governamental n° 96/88.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 238/88, em trâmite nesta Casa de Leis, provindo da Mensagem Governamental n° 89/88.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja adiado por 1 (uma) sessão o Projeto de Lei n. 07/88, de sua autoria, que solicita a Legislação Específica sobre o controle de Poluição em Pequenas Bacias Mananciais, destinadas ao Abastecimento de Água Potável as Populações Urbanas.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO N° 342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Alcides Antunes de Souza, ocorrido no dia 07 de setembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Alcides Antunes de Souza, foi um dos pioneiros do Município de Santa Isabel do Ivaí, tendo sido um dos fundadores do C.T.G. - Fronteira Paranaense. Outrossim solicitamos que seja enviada cópia deste à família enlutada na pessoa da Senhora Malba de Souza Mazarrino, na Prefeitura Municipal.

REQUERIMENTO N° 340

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Paraná Senhor Coronel Wantuil Borges, solicitando que se procedam estudos, no âmbito de criação e efetivação de um pelotão da Polícia Feminina, em Pato Branco.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O grande desenvolvimento social e econômico que a região do Sudoeste Paranaense, vem tendo nos últimos anos, dá-nos uma demonstração inequívoca, de que quanto maior o contingente populacional, maior será a solicitação de amparo, de segurança e de ordem como um todo.

É de sobejo, saber-se que o número de pessoas que exercem atividades nos centros comerciais das grandes cidades, necessitam de uma proteção, e em especial as mulheres, que hoje fazem parte do desenvolvimento Sudestino.

Nossa solicitação se baseia em que hoje é necessária e de grande valia a presença da mulher policial militar, no Sudoeste.

Como a Cidade de Pato Branco, sedia o 13° Batalhão da Polícia Militar e possui instalações modernas e adequadas para criar e efetuar um pelotão da Polícia Militar Feminina.

- Justifica-se também pelo grande contingente populacional que tem a cidade de Pato Branco e demais cidades do Sudoeste;

- Justifica-se também por ser a mulher Policial Militar mais preparada e mais adequada para certas circunstâncias e situações, como já tem sido demonstrado desde a sua criação em nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 341

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores: Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz George Herwig e ao Presidente do ITCF, Dr. Iran Bressinski, solicitando que se procedam estudos de viabilidade técnicas a serem feitas pela Secretaria de Estado dos Transportes e pelo ITCF nas florestas às margens da faixa de domínio das rodovias do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tudo que existia em termos de fauna e flora, mais de 95%, foi destruído pela ga-

na monetária e pela falta de cumprimento do código Florestal vigente.

O Paraná não tem mais nada que lhe permita mostrar em seus dados estáticos, algo de relevância em termos de cobertura florestal nativa.

O Sudoeste ainda possui pequenas quadras de matas nativas, mas a tendência é de que esta desaparecerá, hoje.

Nossa solicitação é de que as entidades nominadas inicialmente, Secretário de Estado dos Transportes e ITCF, iniciem o mais rápido possível estudos de viabilidade para o florestamento às margens das rodovias do Sudoeste do Paraná.

Procura-se com tal medida, florestar-se as faixas de domínios, favorecendo pelo menos um grande percentual de metros quadrados que hoje estão a descoberto e sem utilidade alguma, assim contribuindo para que tal medida seja tomada como exemplo para outros estados, além de colaborar para o restabelecimento de uma mínima parcela de um ecossistema totalmente desequilibrado e comprometido.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 267/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Movimento Ecológico Mater Natura, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Ecológico Mater Natura, entidade civil, sem finalidades lucrativa, de caráter técnico assistencial com sede e foro nesta Capital, tendo como área preferencial de atuação a região metropolitana de Curitiba, a Serra do Mar e o litoral do Estado do Paraná e a finalidade de pesquisa, conscientização e mobilização de todos os setores da comunidade para a necessidade da conservação e utilização nacional dos recursos naturais.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei a apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 268/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado autorizado a implantar na Escola Estadual Florinda Aparecida, no Município de Iporã, os períodos de 5.ª a 8.ª série.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã vive uma fase de crescente desenvolvimento econômico e social. Dentro deste quadro de progresso aflora a participação dos jovens em todas as esferas da vida municipal. A juventude participa de forma efetiva nos acontecimentos diários do Município.

São centenas de jovens que trabalham, agindo assim como verdadeiros construtores da sociedade Iporãense. Outros tantos frequentam os bancos escolares para que, a partir daí, possam obter formação e colaborar com o desenvolvimento municipal.

Ocorre, entretanto, que a procura pela escola está maior que a demanda, principalmente no que se refere ao ensino de conclusão do 1° grau. Não são poucos os estudantes que precisam se deslocar para receberem as instruções escolares, pois as escolas localizadas nos Distritos, mais especificamente nos sítios, oferecem apenas o ensino de 1° grau incompleto, ou seja, de 1.ª a 4.ª série, fato este, que muito prejudica na formação da juventude, pois a maioria, por colaborar em trabalhos caseiros ou da roça, fica impedido de proceder ao deslocamento necessário em face do serviço deixando assim, de estudar. Isto não ocorreria se algumas destas escolas tivessem, pelo menos, o 1° grau completo.

Dentro deste quadro é que se encaixa a proposta que exponho à avaliação e aprovação dos nobres Parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

A falta dos períodos de 5.ª a 8.ª série na Escola Estadual Florinda Aparecida, em Iporã, acarreta sérios problemas àquela comunidade. Em primeiro lugar ressalta-se o fato de que o deslocamento dos estudantes para outras escolas, em muito prejudica o aprendizado dos mesmos. Em segundo evidenciam-se as despesas consideráveis acarretadas ao Município com o transporte dos alunos, pois só na localidade em que está situada a referida escola, mais de 100 estudantes estão matriculados de 5.ª a 8.ª série. Por falta deste período naquele estabelecimento de ensino, os alunos estudam na Escola da sede, que fica distanciada à 8 km do local referido.

O transporte destes jovens é subsidiado pelos cofres municipais, o que causa grande ônus à administração.

Por esta realidade solicito aos Parlamentares desta Assembléia a aprovação do projeto que proponha, concretizando, assim, uma justa aspiração daquela comunidade, que é ter o ensino de 5.ª a 8.ª série na Escola Estadual Florinda Aparecida.

Se for aprovada a proposta, a implantação dos períodos encontrará facilidade para se concretizar, pois a Escola oferece espaço físico suficiente para o funcionamento dos mesmos; ao tempo que trará grandes benefícios à comunidade Iporãense.

PROJETO DE LEI N° 269/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica acrescentado ao artigo 14 da Lei n. 8216, de 31 de dezembro de 1985, o seguinte inciso:

"IX - de propriedade de Oficiais de Justiça, pertencentes à carreira e no efetivo exercício de suas funções; sendo isento um único veículo do mesmo proprietário, não permitindo-se a alienação do mesmo no ano da isenção."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Lei n. 8216 de 31 de dezembro de 1985, trata do Imposto de propriedade de veículos automotores (IPVA) e a medida que estamos propondo visa isentar do referido imposto os Oficiais de Justiça pertencentes à carreira e no pleno exercício de suas funções. A isenção é válida para um único veículo do mesmo proprietário, e não é permitida a alienação do mesmo no ano da isenção.

No exercício de suas funções o Oficial de Justiça não deve medir esforços no sentido de bem concluir a sua tarefa. Isto, muitas vezes implica em deslocamentos que podem desgastar o seu veículo, que, neste caso é um instrumento de trabalho.

A isenção proposta é uma forma de recompensar o desgaste do veículo em razão do trabalho, o que não é previsto na remuneração percebida pelo Oficial de Justiça.

PROJETO DE LEI N° 270/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Colégio Estadual Valle Porto, de Antonina, Estado do Paraná, passa a denominar-se Colégio Estadual Moyses Lupion.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.88.

(a) GERNOPE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A mudança de nome do atual Colégio Estadual Valle Porto, de Antonina, PR, para Colégio Estadual Moyses Lupion, não é simplesmente uma troca de nome de um bem

público, mas sim a reparação de uma injustiça cometida logo após a instalação do regime militar de 1964.

Em 1964, com a troca de nome do educandário, pretendia-se o impossível: apagar da memória antoninense o reconhecimento da dinâmica administração da coisa pública que marcou a administração do Governador Moyses Lupion, perenizada, em Antonina, no educandário que levava o seu nome, a lembrar a sua especial contribuição à Antonina nesta área.

A reparação desta injustiça perpetrada contra o governador Moyses Lupion culminou com a mobilização da comunidade antoninense. Conforme consta de correspondência dirigida ao meu gabinete parlamentar pelo ilustres Vereador Admaro Santos, foi organizada uma Moção de Solidariedade, coordenada e subscrita pelos professores-fundadores e atuais mestres do Colégio Estadual. A moção foi endossada por todas as direções das escolas municipais e estaduais, bem como pelas inspetoras de ensino do Estado e do Município, completando-se com as assinaturas do Prefeito Municipal e do Presidente da Câmara Municipal de Antonina, os quais também apoiaram os objetivos contidos no Requerimento n. 43/88, de 08.05.88, no qual o Vereador Admaro Santos solicitava o engajamento dos seus Pares da Câmara Municipal no sentido de se obter, pelos adequados meios legais, o retorno da antiga denominação do educandário. A comprovar o alcance e a representatividade da proposta, recebeu ela aprovação unânime na Câmara Municipal.

Esclarece o ilustre Vereador Admaro Santos que o povo antoninense jamais esqueceu e deixou de cultuar a memória nobre e ilustre de Manoel do Valle Porto, fundador da Cidade e construtor da secular Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, homenagando-o e perpetuando a sua memória ao dar o seu nome a uma das principais ruas de Antonina, significativamente a que se inicia na escadaria frontal da Igreja Matriz e vai encontro da Rua XV de Novembro.

O presente projeto de lei em nada diminui, portanto, a estatura e a reverência que, com toda a justiça, Antonina nutre pelo seu fundador. Trata-se, antes, de reconhecer os méritos do Governador Moyses Lupion, que semeou vários melhoramentos em Antonina, tais como as edificações do Fórum, do Posto de Higiene, da Cadeia Pública e do Ginásio Estadual que ostentava o seu nome, criado quando o grau de ensino do Município não ia além do primário.

Pelo exposto até aqui, bem como a ampla mobilização envolvendo a comunidade em geral, estudantes, professores-fundadores e professores atuais, inspetores de ensino

no, Poder Legislativo e Poder Executivo Municipal indica, seguramente, que o presente projeto de lei, conforme desejo da comunidade antoninense, homenageará a figura ilustre do Governador Moyses Lupion e será manifestação clara de que o regime democrático permite a reparação de injustiças.

Finalmente, para conhecimento e material de análise dos ilustres Pares da Casa, anexo ao projeto a documentação recebida da comunidade antoninense.

PROJETO DE LEI N° 271/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de PRUDENTÓPOLIS, uma área de terreno medindo 1.140 m2, localizado na Av. São João anteriormente rua Vicente Machado esquina com a rua Tiradentes, no Município supracitado, registrado no Livro 3, sob n. 7954, em 17 de junho de 1949, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Prudentópolis.

Parágrafo Único - O imóvel descrito no "caput" deste artigo fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.88

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora é apresentada a esta Casa, funda-se na necessidade da construção de uma biblioteca pública, que possa servir como catalizador da memória cultural no Município, preservando valores em dias carentes de um melhor tratamento.

Alia-se aos fatos expostos também o de o imóvel em questão constituir-se numa edificação histórica na Cidade, que aguarde estreita relação com o objetivo a que se destinará, após a devida restauração do mesmo por parte da Prefeitura Municipal.

Estes motivos que nos conduzem à proposição deste plano de lei, sobre o qual pretendemos a atenção e a consequente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Kruzy) Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Algaçi Túlio. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra

ao Deputado Caio Quintana. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli. (Declina).

Havendo declinado, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes. (Lê):

O Paraná em sua história política, desde o tempo dos presidentes de província, já teve governantes de todas as espécies. Com os demais estados brasileiros, tivemos governadores biônicos durante o período militar, tivemos governador afastado sob acusações de ter praticado corrupções, tivemos governadores acusados de praticar nepotismo e empreguismo desbragado. Entretanto, apesar de tudo isso, o Paraná tem sobrevivido aos seus maus governantes.

Com o restabelecimento dos princípios básicos da democracia, como o da realização periódica de eleições, o povo acreditou que estaríamos inaugurando uma nova fase na nossa história política. Entretanto, assistimos estarecidos o Governador Álvaro Dias praticar barbaridades piores do que as cometidas pelos governadores biônicos.

A greve do magistério comprova essa denúncia que fazemos desta tribuna, sem qualquer receio de estar faltando com a verdade. A repressão bruta contra o movimento pacífico dos professores, no dia 30 de agosto, assinalou o desvirtuamento absoluto dos compromissos assumidos por Álvaro Dias e pelo PMDB em campanha. Naquele momento Álvaro Dias se igualou aos governadores prepostos do período militar, pois repressão também houvera em seus governos.

Entretanto, as demissões anunciadas na sexta-feira escreveram uma página sem paralelo na história política paranaense. Nenhum dos governos da ditadura no Paraná demitiu professores para punir os movimentos grevistas da categoria. Nenhum governador biônico investiu com tanta ferocidade contra professores grevistas. Nenhum governo da ditadura se empenhou com tamanha fúria em humilhar e achincalhar o magistério estadual. Nenhum governo da ditadura esbanjou tantos recursos públicos em propaganda própria e capciosa para colocar a opinião pública contra o movimento reivindicatório justo dos professores.

Álvaro Dias, em suas ambições impetuosas, capaz de transgredir todos seus com-

promissos firmados ao longo da sua carreira política simplesmente para reafirmar sua autoridade.

O Governo do Paraná pode até conseguir abafar a greve do magistério pela força, mas assumirá um ônus muito sério por essa tameridade. Terá nas salas de aulas, professores cabisbaixos, humilhados, envergonhados da sua profissão - que deveriam merecer todo prestígio da sociedade. Essa categoria sofrida, castigada, espinhada pelo Governo continuará responsável pela educação dos nossos filhos.

E que educação será esta? A educação do medo, da submissão, da subversão dos valores, do esmagamento da cidadania. Quem sabe, este será o principal legado deste governo hipócrita e perseguidor que hoje envergonha o Paraná".

Era isto, Senhor Presidente. Era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Com a palavra a representação do PDC.

(Declina)

Com a palavra a representação do PFL.

(Declina).

Com a palavra a representação do PL.

(Declina).

Com a palavra a representação do PDT.

(Declina).

Com a palavra a representação do PTB.

(Declina).

Com a palavra a representação do PMDB.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças passa-se à Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 270/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo Estadual, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa. Aprovado. (Public. no DA. n.114/87, de 13.10.87)

4.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 102/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 51/87), objetivando introduzir modificações na Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.C., por unanimidade. Com EMENDA DE 3.ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. O Projeto irá para Redação Final.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 07/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, dispõe legislação específica sobre o controle de Poluição de pequenas bacias mananciais destinadas ao abastecimento de água potável as populações urbanas: Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando adiamento por 1 (uma) Sessão do Projeto de Lei n. 07/88. Aprovado. Fica portanto, adiado por 1 (uma) Sessão o Projeto de Lei n. 07/88.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 124/88, de autoria do Deputado Aribal Khury, que declara de Utilidade Pública o CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 130/88, de autoria do Deputado Nilton Barbosa e Outros, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor Ary Veloso Queiroz, Vice-Governador do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 164/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que denomina de RODOVIA JOÃO BA-

FISTA DA SILVA PAIXAO, o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Município de Itambé até o Distrito de Marisa no Município de São Pedro do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 198/88, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor João Dória Júnior, atual Presidente da EMBRATUR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 345/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Distrito Administrativo do Novo Mundo, no Município de Curitiba, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.T., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 95/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública, o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE DOUTOR CAMARGO- CODECAR, com sede e foro no Município de Doutor Camargo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 96/88, de autoria do Deputado Acyr Messadri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE FOZ DO IGUAÇU - APASFI, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 97/88, de autoria do Deputado Acyr Messadri, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MATEUS DO SUL, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 106/88, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública, a IGREJA MISSIONÁRIA CRISTÃ INDEPENDENTE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 107/88, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA BOM PASTOR,

com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 111/88, de autoria do Deputado Gerriote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a LOJA MAÇONICA ACÁCIA DO OESTE I, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 118/88, de autoria do Deputado Homero Oguido, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Hayao Washida. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 119/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ LAR DONA NENE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 133/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES - A.P.M. - da Escola Estadual Professor Maílon Medeiros Ensino de 1° Grau - com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 135/88, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PARANATUR, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 137/88, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Joaquim Dutra. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 142/88, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO- ASPGE, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 145/88, de autoria do Deputado Werner Wanderer que concede o Título de Cidadão Ho-

norário do Paraná, ao Jornalista CALIL SI-
MÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por
unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°
149/88, de autoria do Deputado Cândido
Bastos, que declara de Utilidade Pública a
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM
CRUZEIRO DO SUL, com sede e foro nesta Ca-
pital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,
por unanimidade. Aprovado, artigo por ar-
tigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°
159/88, de autoria do Deputado Paulo Fu-
riatti, que declara de Utilidade Pública a
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA
CENTENÁRIO II, com sede e foro nesta Capi-
tal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por
unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°
171/88, de autoria do Deputado Algaci Tú-
lio que declara de Utilidade Pública a AS-
SOCIAÇÃO DE MORADORES VILA AMERICANA do
Conjunto Habitacional da COHAPAR, no Bair-
ro Vila Americana, com sede e foro na Ci-
dade de São Mateus do Sul. Com PARECER FA-
VORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Apro-
vado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 342,
de autoria do Senhor Deputado Eduardo Bag-
gio, constante do expediente. Aprovado. À Dire-
toria Legislativa.

Requerimento de n° 339, de autoria do
Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado,
constante do expediente. Aprovado. À Dire-
toria Legislativa.

Requerimento de n° 343, de autoria do
Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante
do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-
gislativa.

Requerimento de n° 344, de autoria do
Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante
do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-
gislativa.

Requerimento de n° 338, de autoria do
Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante
do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de n° 340, de autoria do
Senhor Deputado José Rogério Carvalho,
constante do expediente. Aprovado. À Dire-
toria Legislativa.

Requerimento de n° 341, de autoria do
Senhor Deputado José Rogério Carvalho,
constante do expediente. Aprovado. À Dire-
toria Legislativa.

Requerimento de n° 183, de autoria do
Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do
expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Requeiro veri-
ficação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Requeiro a chamada
nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Senhora
1.^a Secretária irá proceder à chamada
nominal dos Senhores Deputados.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA (Amélia Hruschka)-
Procede à chamada nominal.

Vinte e dois Senhores Deputados res-
ponderam à chamada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vinte e
dois Senhores Deputados responderam a
chamada, há "quorum", para prosseguimento
da sessão, sem votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente sessão, marcando ou-
tra para terça-feira, dia 20, à hora regi-
mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n°
146/87.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
345/87, 95/88, 96/88, 97/88, 106/88,
107/88, 111/88, 118/88, 119/88, 133/88,
135/88, 137/88, 142/88, 145/88, 149/88,
159/88, 171/88.

Levanta-se a sessão.